Diário da Sessão n.º 109 de 16/06/04

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – "Medidas preventivas aplicáveis na zona de implementação da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos Francisco Ferreira Drumond, em São Sebastião, concelho de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira".**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** *(Álamo Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa, pura e simplesmente, evitar que nos terrenos onde se pretende instalar a escola na Vila de São Sebastião, não aconteçam alterações na topografia do terreno ou não apareçam construções que de alguma forma possam dificultar a implantação da obra.

Neste momento, está em elaboração um projecto de execução e com base na estimativa dos terrenos necessários, estabelece-se aqui uma zona que fica sujeita a medidas cautelares que evitem a ocorrência de quaisquer desenvolvimentos que possam dificultar ou encarecer o projecto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

(*) **Deputado Dionísio Sousa** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sentido jurídico e o conteúdo efectivo desta proposta foram salientados na apresentação da proposta feita pelo Sr. Secretário.

Eu pretenderia sublinhar alguns aspectos de alguma importância e significado, do ponto de vista dessa proposta: em primeiro lugar, para o sistema escolar da Ilha Terceira, em segundo lugar, para a própria ilha e, em terceiro lugar, para a Vila de São Sebastião.

A importância desta escola básica para o sistema escolar da Ilha Terceira é evidente, porque é um elo importante na cadeia de transformações de carácter estrutural que estão previstas e que se vão concretizar ao longo do tempo para o sistema escolar da ilha, uma vez que permite a descentralização simultânea das escolas básicas de Angra e da Praia da Vitória, dada a situação geográfica que sempre caracterizou a Vila de São Sebastião e que mais uma vez, além de outras ao longo da história, se concretiza nessa função de situação: ponte de via de passagem, de circulação ou de conjugação dos interesses dos dois concelhos.

Isto mesmo sublinha a importância que tem para a Terceira, desse ponto de vista e do ponto de vista político. Ninguém ignora, embora alguns se esforcem por fazer esquecer, que desde 88 a Terceira aposta maioritariamente em conduzir-se ao lado do PS e dos seus Governos.

Da parte do PS e do seu Governo tem recebido a resposta adequada a essa preferência que, neste caso concreto e segundo os compromissos políticos assumidos em 2000 pelo PS, significa o início do processo de construção desta escola EB 2,3 Ferreira Drumond.

Este é um dos elementos desse processo de construção, a escolha do terreno com a consequente preparação do projecto e para a posterior implantação e construção da própria escola.

Portanto, é uma aposta política que se concretiza e que reforça o sentido das escolhas políticas feitas pelos terceirenses.

Finalmente, não querendo entrar em grandes pormenores, mas muito genericamente, pode dizer-se que a Vila de São Sebastião viveu como concelho, enquanto concelho, horas de apogeu e desenvolvimento e, nos finais do Séc. XIX, entrou em clara decadência com a extinção como Concelho e Vila.

Esse processo recentemente foi invertido.

Esta escola e essas vicissitudes históricas para São Sebastião estão em grande parte relacionados com o tipo de equipamentos que foram instalados, nomeadamente porque São Sebastião era, pela sua orografia, destinado a desenvolver-se seguindo o caminho do mar, mas porque São Sebastião são duas planícies, uma em terra e outra no mar, simplesmente foi introduzida, pelas necessidades militares da Ilha Terceira, uma barreira intransponível para a Vila de São Sebastião, o que impediu o seu desenvolvimento para outras actividades que não as agrícolas e esse destino militar condenou-a a um retrocesso e a uma estagnação.

Portanto, com este novo equipamento que é um factor de transformação interno da própria Vila de São Sebastião, pode-se inverter esse processo histórico ou prosseguir na sua inversão.

É por essas três razões que ficam sumariamente sublinhados os aspectos importantes do ponto de vista político e social desta decisão.

Dos 37 compromissos que o PS assumiu em 2000, este é um que está satisfeito com o início do processo de construção.

É evidente que há alguns "tá-tás" que não percebem isso…

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, o que é isto?

Deputado Mark Marques *(PSD):* Que falta de nível!

Está a nivelar muito por baixo

O Orador: … mas os terceirenses que não são "tá-tás" percebem isso perfeitamente e vão concretizando isso, ano após ano, votação após votação.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma tem como objectivo a criação de medidas preventivas, mas, de facto, acabámos de assistir a alguma falta de prevenção, sobretudo no tento e na língua.

De qualquer forma, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor desta proposta de diploma.

Deputado Dionísio Sousa *(PS):* Pois, claro! Não tem outro remédio!

O Orador: Se há algum significado político a tirar desta proposta e, sobretudo, das palavras do Sr. Deputado Dionísio Sousa, é de que esta era uma promessa do Partido Socialista em 2000, que foi consubstanciada no Plano a Médio Prazo aprovado nesta casa, com o seu voto a favor, e que previa a verba de 500 mil euros para esta legislatura.

Esta verba foi reduzida a zero, isto é, tudo o que estava previsto na reprogramação foi reduzido a zero. É isto que está em causa.

Deputado Paulo Messias *(PS):* Não é isso que está em causa!

O Orador: Estamos aqui perante uma situação em que a promessa do Partido Socialista, e pelos vistos do Deputado Dionísio Sousa, reduz a escola, pura e simplesmente, ao impedimento da realização de alguns actos, designadamente "ao derrube de árvores em maciço com qualquer área ou à destruição de solo vivo e do coberto vegetal".

Repito: a Escola de São Sebastião, neste momento, por aquilo que está aprovado nesta Casa, está reduzida "ao derrube de árvores em maciço com qualquer área ou à destruição de solo vivo e do coberto vegetal".

Deputado Dionísio Sousa *(PS):* E a alguns ramos secos!

O Orador: Estamos em véspera de eleições. Estamos a 4 meses de eleições. Há a assunção do incumprimento das promessas. Esta é mais uma promessa não cumprida, como a Escola de São Carlos e a do Ramo Grande. Como não cumpriram tentam iludir os terceirenses com medidas preventivas.

Satisfazem-se com isso?

Nós não nos satisfazemos!

Não será este Governo Regional do Partido Socialista a cumprir com a promessa do Partido Socialista. Será eventualmente o próximo Governo…

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Vasco Cordeiro):* Do Partido Socialista!

O Orador: … que vai cumprir e fazer muito mais do que o derrube de árvores e a protecção do coberto vegetal.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota** *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma matéria que pretende criar medidas cautelares em relação à área que vai ser implantada a escola da Terceira. Em geral, esta matéria não merece intervenção, porque são projecto que estão aprovados ou em vista e que é necessário salvaguardar a ocupação ou a má utilização das áreas. Portanto, é um trabalho normal que normalmente não motiva intervenções.

Esta proposta também não motivaria, tanto da nossa parte como da parte dos restantes grupos parlamentares.

O Sr. Deputado Dionísio Sousa resolveu intervir, com toda a liberdade, como é evidente, e as suas intervenções são sempre ricas em relação a todos os aspectos documentais relativos à Vila de São Sebastião. Confesso que gostei muito de o ouvir.

Agora, quando o Sr. Deputado Dionísio Sousa, como razão de ser da sua intervenção, tenta convencer-nos, e principalmente os açorianos e os terceirenses, de que estas medidas cautelares têm o mesmo valor político que a inscrição que teve no Plano a Médio Prazo uma verba significativa para o arranque da Escola, não podemos ficar calados.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques *(PSD): Muito bem!*

O Orador: O Governo Regional começou a cumprir o seu programa quando inscreveu no Plano a Médio Prazo uma verba vultuosa para estes trabalhos.

O Governo Regional começou a andar para trás nesse cumprimento quando retirou essa verba.

Não é este documento, um Decreto Legislativo Regional de natureza técnica, que significa o cumprimento de uma promessa política.

Gostava de lembrar que o Governo do Sr. Alberto Romão Madruga da Costa, em 1995, se não me falha a memória, aprovou medidas cautelares – não faço ideia se estão em vigor ou não – relativas a uma coisa que não está feita, mas parece-me que vai ter uma primeira pedra qualquer, que lá ficará com certeza. Estou a falar da Escola Secundária da Horta. Como se vê já foram há 9 anos que essas medidas cautelares foram aprovadas.

Como se vê isto não significa nada do ponto de vista político. Apenas tem significado do ponto de vista operacional.

Passaria unanimemente, de forma completamente discreta e normal, se não houvesse a instrumentalização desta atitude.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

(*) **Deputado Dionísio Sousa** *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para reiterar o que fica dito.

Há um significado político nesta decisão, mas não um significado político na inscrição de uma verba, porque há publicações mais que suficientes para a retirada dessa verba.

Tudo isso se inclui nessa designação de início do processe de construção. Todas essas decisões de dotar de verbas, de decretar medidas cautelares, estão incluídas nesse início do processo de construção e não é no início da construção.

Razões financeiras?

O PSD vem nos perguntar quais são as razões financeiras, porque nos Planos Regionais houve cortes?

É a "Força Portugal" que nos vem perguntar isso?

Espero que daqui a pouco, para a "Força Portugal", os russos sejam mais benignos do que foram os portugueses e os açorianos no Domingo passado.

Eles percebem muito bem o significado e a diferença política desta decisão, da que veio referida há pouco e das que habitualmente vêm referidas, porque há volta dessa questão houve quem desenvolvesse guerras políticas perfeitamente fúteis, sem nenhum significado e que são ressuscitadas quase todas as semanas. É sempre a mesma ladainha, mas os terceirenses já não

ouvem, porque é a ladainha do Sr. Clélio às Segundas, do Sr. Bento Barcelos às Terças, e por aí fora.

Quando se inauguram e iniciam grandes empreendimentos na Terceira, é preciso uma conferência de imprensa para juntar mais uma ladainha e justificar a ausência dos Deputados do PSD nos grandes investimentos da ilha, o que os põe também a torcer o nariz para os pequenos investimentos ou as pequenas decisões sobre o coberto vegetal da Terceira.

É nesse contexto que é necessário destacar a importância e o significado político dessa decisão, que vem em muita boa hora confirmar, com acções, aquilo que os terceirenses apoiaram Domingo passado.

Muito boa hora para mais uma vez a coligação fazer da força fraqueza e votar estas decisões no sentido de realizar aquilo que o PS prometeu aos terceirenses.

O PSD faz muito barulho para esconder o seu apoio àquilo que o PS propõe que se faça. Muito bem. Nós agradecemos o vosso apoio.

O resto é pólvora seca que os senhores disparam em conferências de imprensa.

Isto não é só ruído. São decisões efectivas no sentido da nossa promessa: iniciar o processo de construção da nova escola EB 2,3 Ferreira Drumond.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu nunca pensei que as medidas preventivas chegassem a este ponto.

Isto não é pólvora seca.

O seu discurso é que está sem sumo, tal como as promessas do PS para a Ilha Terceira.

Qual é o significado político de se ter prometido uma escola e a três meses de eleições apenas se apresentam as medidas preventivas?

Deputado Renato Leal *(PS):* Não há eleições em Setembro!

O Orador: Já que se fala em escola, qual o significado político da Escola de São Carlos? Faz este mês um ano que o Conselho de Governo deliberou a 3ª abertura de concurso e até agora nada se fez.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Álamo Meneses):* 2º concurso!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* 1999, 2001 e 2003. São 3. Não sabe contar?!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, peço silêncio para prosseguirmos o debate.

O Orador: Sr. Presidente, o assunto é sério. Brincar com coisas sérias penso que não é admissível, nem para nós, nem para o Sr. Presidente.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Já que o Sr. Deputado Dionísio Sousa falou aqui na leitura dos resultados eleitorais, eu não acredito que haja um único terceirense que seja que tivesse votado no Partido Socialista no passado Domingo – e houve muitos que votaram – porque não cumpriram com a Escola de São Carlos, não cumpriram com a do Ramo Grande e com a de São Sebastião, etc. Nenhum terceirense votou por causa disso. Terão votado por outras razões.

Essa extrapolação revela a vossa ansiedade e preocupação, porque não cumpriram com as promessas e neste caso tentam encapotar cumprimentos com medidas preventivas.

O que é certo é que não vai ser este Governo, mais uma vez, que vai cumprir aquilo que prometeu, tanto neste como noutros assuntos.

Os terceirenses irão avaliar, em Outubro, serenamente, como é necessário, e não com pólvoras secas como o Sr. Deputado acabou de atirar.

Presidente: Resolvida a questão, vamos passar à votação na generalidade desta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Esta proposta tem 6 artigos para os quais não há nenhuma proposta de alteração.

Se a câmara não se opuser pô-los-ei à votação em conjunto.

(Pausa)

Não havendo oposição, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.